

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Enel não vê caminho legal para perda de concessão em Goiás	2
Título: ‘Usinas órfãs’ serão nova aposta após Belo Monte	5
Título: Corte da previsão do valor do mínimo para 2020 reduz despesa em R\$ 2,56 bilhões7	
Título: Conflitos com o sol.....	8
Título: China tira prioridade de energia renovável	11
Título: Gigante da energia da energia solar, Yingli está insolvente	16
Título: Rhodia planeja ser primeira cliente livre de gás natural em SP.....	17
Título: Produção de aço cai 2,8% em outubro	19
Título: Produção de etanol está a um passo de bater novo recorde	20
Título: Placas solares cortam os custos com energia em outlets do Sul.....	21
Título: Itaoca e Peterson firmam parceria para terminal.....	22
Título: Energia	24
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	24
Título: Petroleiros avaliam se mantêm a paralisação	24
Título: Vale lidera investimento de empresas brasileiras no exterior em 2018	25
Título: Sinal fechado.....	27
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	27
Título: Caiado defende cassar concessão de distribuidora de energia de Goiás.....	27
Título: Crise na Bolívia faz Petrobras perder negócio com russos	29
Título: Ianomâmis rechaçam proposta que prevê garimpo em terra indígena	30
VEÍCULO: O Globo.....	32
Título: Goiás não pode estatizar distribuidora, diz Enel	32

Título: Último grande derramamento foi em 2000, na Baía de Guanabara	34
Título: 4 mil toneladas.....	35

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Glauce Cavalcanti* e Rodrigo Polito — De Milão e do Rio

Título: Enel não vê caminho legal para perda de concessão em Goiás

O presidente mundial do grupo italiano Enel, Francesco Starace, sustentou ontem que não há caminho legal para que o governo de Goiás suspenda a concessão da Enel Distribuição Goiás (antiga Celg). O executivo frisou que o grupo está investindo na modernização da rede elétrica goiana desde que adquiriu a companhia, em novembro de 2016, por R\$ 2,2 bilhões, mas que não é possível recuperar a falta de aporte de anos em poucos meses.

A situação da Enel Goiás, no entanto, não afeta os planos do maior grupo privado de distribuição de energia do mundo para o Brasil, que vai receber aporte de € 5,1 bilhões (quase R\$ 24 bilhões) entre 2020 e 2022. A cifra equivale a mais da metade dos recursos que a empresa destinará para a América Latina (€ 9,3 bilhões) no mesmo período. Em nível global, a meta é investir € 28,7 bilhões nos próximos três anos. Starace frisou ainda estar atento a oportunidades no setor de distribuição brasileiro e que pode fazer novas aquisições no país.

“Recebemos a Celg em um estado muito ruim. Desde que assumimos a empresa, investimos em média 3,5 vezes mais por ano do que era feito durante a gestão anterior. Estamos trabalhando para resolver os problemas do sistema. Mas uma situação que resulta de falta de investimento não pode ser resolvida em meses. Leva anos, infelizmente”, disse o executivo, em entrevista a jornalistas após apresentar o plano global de investimentos 2020-2022 da companhia para investidores ontem, em Milão.

Em entrevista ao **Valor**, publicada ontem, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM) defendeu a rescisão do contrato de concessão da Enel Goiás. Ele indicou que pretende sancionar imediatamente o projeto de lei que propõe a rescisão contratual e a encampação do serviço público de distribuição pelo Estado, caso o texto seja aprovado pela Assembleia Legislativa de Goiás.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, no entanto, disse na segunda-feira que a anulação do contrato de concessão por esse projeto de lei não é possível juridicamente. Albuquerque conversou sobre o assunto com o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, na noite da mesma segunda-feira.

Segundo uma fonte do mercado de energia, o caso da Enel Goiás é acompanhado com cautela e preocupação pelos investidores do setor. “Se um Estado puder mudar essa situação [concessão da Enel Goiás], será alterada toda a percepção de risco para as concessões de energia”, afirmou ela, sob condição de anonimato.

“A performance da Enel Goiás subiu e já está dentro dos padrões pedidos pelo regulador. Estamos focados em fazer o sistema funcionar. O governador [Caiado] também está no papel dele, quer pressionar a companhia a ir mais longe”, afirmou Starace.

Desde fevereiro de 2017, a companhia italiana investiu cerca de R\$ 2 bilhões na distribuidora goiana. No início da concessão, o cliente da Enel Goiás ficava sem energia, em média, 29,45 horas por ano, com 19,32 interrupções no fornecimento. Esses números recuaram para 23,2 horas e 11,3 interrupções até o último mês de setembro.

O diretor financeiro mundial da Enel, Alberto de Paoli, também comentou ontem que os aportes em Goiás irão aumentar. Da mesma forma, o montante de € 5,1 bilhões previstos para serem investidos no Brasil nos próximos três anos representam mais de R\$ 1 bilhão além do previsto no plano anterior (2019-2021), de € 4 bilhões.

“Estamos focados no crescimento orgânico. Mas queremos ter liberdade para usar nossos recursos para fazer aquisições como a da Eletropaulo [em 2018], para nos consolidarmos como um dos grandes ‘players’ de energia do mundo. O Brasil é um potencial incrível para expansão de energia renovável”, disse Starace.

Questionado sobre o interesse na privatização de elétricas estaduais como a CEB, de Brasília, e a mineira Cemig, além de uma eventual aquisição da fluminense Light, o presidente global da italiana disse que está olhando o

mercado. “E vamos acompanhar as distribuidoras que serão colocadas à venda. Podemos avançar”.

Com relação ao segmento de energias renováveis no Brasil, a Enel pretende ampliar seu portfólio dos atuais 2,4 gigawatts (GW) para cerca de 5,5 GW até 2022.

No encontro com os investidores, Starace também ressaltou o cenário macroeconômico brasileiro e considerou “espetacular” a aprovação da reforma da previdência.

“Ninguém esperava que este governo seria capaz de fazer uma reforma da previdência do jeito que eles fizeram no Brasil. Os primeiros passos são muito encorajadores. E agora tem que ser feita a reforma fiscal, mas a [reforma] mais difícil já passou. Na verdade, [a situação no Brasil] é melhor do que todo mundo esperava. O Brasil, para nós não é uma grande preocupação”, disse ele, ao ser questionado por um analista sobre a situação política na América Latina.

Em âmbito global, dos € 28,7 bilhões previstos para serem investidos entre 2020 e 2022, quase a metade será destinada para projetos de geração de energia renovável. A expectativa do grupo é aumentar em 14,1 GW a capacidade instalada de fontes renováveis até 2022, atingindo um total de quase 60 GW.

“As [energias] renováveis não são mais as fontes alternativas, como dizíamos no passado. Elas são a geração do futuro”, disse Starace.

Da nova capacidade de fonte renovável, 5,1 GW são previstos para serem desenvolvidos a partir de projetos voltados para clientes comerciais e industriais no Brasil e nos Estados Unidos. Para esses negócios, deverão ser investidos cerca de € 4,7 bilhões.

De acordo com Starace, a companhia está bem posicionada no processo de abertura do mercado de energia brasileiro, devido aos contratos de longo prazo firmados com consumidores existentes.

Também são previstos 5,4 GW de substituição de capacidade convencional (termelétrica) por renováveis na Itália, Espanha e Chile, com investimentos totais de € 5,6 bilhões. Além disso são previstos 3,6 GW de capacidade de novos projetos em mercados recém explorados pela companhia.

O grupo também planeja investir € 11,8 bilhões (cerca de R\$ 55 bilhões) no negócio global de redes. A cifra é 7% superior ao incluído no plano anterior (2019-2021). Desse total, cerca de 30% serão concentrados na digitalização da rede de distribuição.

O grupo almeja alcançar um lucro líquido global de € 6,1 bilhões (cerca de R\$ 28,4 bilhões) em 2022. O valor é 27% maior que o previsto para o ano de 2019.

Com relação ao Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), a companhia espera alcançar € 20,1 bilhões em 2022 (cerca de R\$ 93,6 bilhões). O valor é 13% superior ao esperado para 2019.
(*De O Globo)

A repórter viajou a convite da Enel

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/11/2019

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília

Título: 'Usinas órfãs' serão nova aposta após Belo Monte

O presidente Jair Bolsonaro participará hoje da inauguração da 18ª e última turbina da usina Belo Monte, no rio Xingu (PA), em um momento em que o setor fecha o ciclo dos grandes projetos de geração hídrica. Porém, para frear a queda da participação da hidroeletricidade na matriz brasileira, o governo apostará, a partir de agora, nos empreendimentos de médio porte. Trata-se de projetos com potência média de 600 megawatts (MW), variando entre 100 MW e 1.000 MW.

O secretário de Planejamento Energético do Ministério de Minas e Energia, Reive Barros, informa que o Sudeste e o Centro-Oeste ainda dispõem de “forte potencial” de fonte hídrica. Segundo ele, as duas regiões dispõem de 15 gigawatts (GW) - ou 15 mil MW - em capacidade de geração a ser explorada neste segmento.

Ele classifica os projetos de médio porte como “usinas órfãs”. São empreendimentos que não contam com o apoio nem do governo nem do setor privado para investir nos estudos de inventário e de viabilidade técnico-econômica.

Segundo o secretário, as empresas topam assumir o risco de colocar dinheiro nos pequenos projetos (PCHs), que correm o risco de não serem levados a leilão e o investimento não ser recuperado. Isso porque os valores envolvidos são baixos.

Já os grandes projetos - como Belo Monte, com 11.233 MW de potência - têm a garantia de retorno ao serem incluídos nos programas de concessão do governo, que compensam os investidores pelos custos. O vencedor do leilão se encarrega de fazer os repasses.

Barros disse que o governo vai garantir o financiamento dos estudos das novas usinas de tamanho médio. Para tanto, o técnico do ministério afirma que já realizou o primeiro encontro com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O banco deve bancar os estudos, porém tendo assegurado o ressarcimento.

O governo estima que o custo unitário dos estudos das novas hidrelétricas ficará em cerca de R\$ 10 milhões. Barros afirmou que o governo trabalha com a necessidade de impulsionar de partida 20 empreendimentos, o que exige a mobilização de ao menos R\$ 200 milhões do BNDES.

A usina cotada para encerrar o capítulo das grandes hidrelétricas do setor elétrico no Brasil era São Luiz do Tapajós, no rio Tapajós (PA), com 8 mil MW de potência. O empreendimento não prosperou por dificuldade no licenciamento ambiental. O entrave decorre da previsão de alagamento de terras indígenas no enchimento do reservatório da usina.

O novo ciclo de investimento em hidrelétricas surge não só da dificuldade de licenciamento. A própria indisponibilidade de rios no país com quedas d'água e topografia favoráveis explica a virada de página no setor.

A perda de participação da geração hídrica na matriz brasileira pode ser notada no Plano Decenal de Expansão de Energia 2029 (PDE 2029), discutido com o setor em consulta pública realizada pelo Ministério de Minas e Energia. Conforme antecipado pelo **Valor**, as hidrelétricas devem responder por menos de 50% da capacidade instalada da matriz elétrica brasileira em 2029 -hoje é de 64%.

Barros informou que as hidrelétricas de médio porte passarão a figurar nos próximos portfólio de projetos oficiais do governo.

O técnico do governo prevê que a retomada dos projetos hidrelétricos vai interromper o processo de desmobilização da indústria de fornecedores. Além disso, ele considera que a decisão do governo resgatará os projetos de usinas com grandes reservatórios. Este modelo foi demonizado na discussão sobre as usinas na Amazônia pelo grande impacto ambiental.

A resistência consagrou os projetos de usina a fio d'água, que gera energia somente com o fluxo natural do rio - sem a possibilidade de "guardar" água para produzir energia em momento mais oportuno. São os casos de Belo Monte e das usinas do rio Madeira (RO) - Santo Antônio e Jirau.

"Esse não será mais um problema. Os reservatórios do Sudeste e do Centro-Oeste têm impacto reduzido, por não contarem com um terreno plano como o da Amazônia. Lá é preciso alagar uma área enorme para criar a represa", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/11/2019

Seção: Brasil

Autor: Lu Aiko Otta e Edna Simão — De Brasília

Título: Corte da previsão do valor do mínimo para 2020 reduz despesa em R\$ 2,56 bilhões

O governo cortou em R\$ 8 a previsão de valor do salário mínimo em 2020, para R\$ 1.031,00, disse ontem o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues. Com isso, a despesa projetada para o ano que vem ficará R\$ 2,560 bilhões menor. O secretário informou que há prazo até o fim de 2019 para o governo anunciar sua política para o salário mínimo.

O dado consta de mensagem enviada pelo governo ao Congresso Nacional para alterar a proposta do Orçamento de 2020, em função de fatores que ocorreram depois de agosto de 2019, quando a matéria foi encaminhada, e de ajustes em parâmetros macroeconômicos. O governo elevou a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,17% para 2,32%.

A revisão permitiu abrir um espaço fiscal adicional de R\$ 5,4 bilhões nas despesas discricionárias do ano que vem. Dessa folga, os mais beneficiados foram os ministérios da Defesa, com 44%, Infraestrutura (17,6%), Justiça (15,7%) e Educação (com 11%).

Além disso, foi aberta uma folga de R\$ 6,96 bilhões no teto de gastos. Se o governo conseguir receitas adicionais, terá condições de acomodar novas despesas sem descumprir essa regra.

Entre os fatores que exigiram a revisão da proposta, estão a edição da MP do Contribuinte Legal, que deve trazer arrecadação adicional de R\$ 6,4 bilhões em 2020, o fim do DPVAT, que trará perda de R\$ 1 bilhão nas receitas, e o fim do adicional de 10% na multa do FGTS, que trará perda de R\$ 5,6 bilhões. Essa última afeta tanto do lado da receita quanto da despesa, portanto não abre espaço fiscal.

Foi ainda considerado o efeito da reforma da Previdência, que elevará as despesas com abono salarial em R\$ 3,3 bilhões em comparação com o esperado em agosto. Além disso, foi cortada a projeção do salário mínimo, em razão de uma menor estimativa para o INPC, que caiu de 4% para 3,5%.

No total, a projeção de receitas caiu R\$ 7,4 bilhões, principalmente pelo fim da multa do FGTS. Houve também corte na estimativa de arrecadação de dividendos de empresas estatais, de R\$ 7,8 bilhões para R\$ 6,5 bilhões.

Pelo lado das despesas, o corte foi de R\$ 7,1 bilhões no total e de R\$ 12,5 bilhões especificamente nas despesas obrigatórias. O principal fator foi a correção das projeções de gasto com pessoal, principalmente no Ministério da Educação. Só nesse item, a redução foi de R\$ 8,43 bilhões. A folha foi reduzida de R\$ 336,625 bilhões para R\$ 328,195 bilhões. O **Valor** mostrou que os gastos com pessoal estavam superestimados. Também houve recuo no valor destinado ao fundo eleitoral, que caiu R\$ 504 milhões, para R\$ 2,04 bilhões.

No próximo ano, o governo também pretende realizar, em até oito meses, o leilão de cessão onerosa do pré-sal - dos campos de Itapu e Sépia. Segundo Waldery, a receita esperada com a operação é de R\$ 36,6 bilhões, sendo que 33% do valor será distribuído para Estados e municípios.

Para garantir o sucesso do leilão, o secretário disse que estão sendo discutidos pontos contratuais como as implicações de direito de preferência e arrependimento da empresa petrolífera, assim como compensação pelas empresas vencedoras. Qualquer mudança precisa ser discutida com o **Ministério de Minas e Energia** e Tribunal de Contas da União (TCU) e aprovada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). A entrada dos recursos da venda desses dois campos poderá abrir espaço no teto para ampliação dos gastos públicos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/11/2019

Seção: Opinião

Autor: Roberto D'Araujo

Título: Conflitos com o sol

É inacreditável, mas o Brasil, com seu confuso, caro e conflituoso modelo mercantil do setor elétrico, está prestes a dificultar a energia solar nos seus telhados! Além de gerar energia limpa, as placas refrescam os tetos desse quente Brasil. O lamentável é que quem está liderando essa tese retrógrada é a própria agência reguladora.

A impressão que se tem é que a Aneel esqueceu que, desde a inauguração desse modelo em 1995, um ano antes da data de nascimento da agência, a tarifa só encareceu e, evidentemente, os consumidores procuram alternativas. A Aneel só disponibiliza esse dado essencial para anos posteriores a 2003, apesar de já terem constado no seu site. Quem os coletou, antes do inexplicado desaparecimento, pode verificar aumentos de mais de 60% acima da inflação para o setor residencial e mais de 100% para o industrial.

O mercado livre de energia, com subsídios, tornou o futuro das distribuidoras um verdadeiro suspense

Sendo assim, considerada a fantástica e benéfica mudança tecnológica adotada no mundo todo, como não prever que os telhados brasileiros instalariam fotovoltaicas? Quem quer pagar a 3ª tarifa mais alta do planeta, o dobro da média mundial, segundo a Agência Internacional de Energia

A impressão que se tem é que a agência sequer compreende o funcionamento do singular sistema brasileiro. Argumenta que há “subsídios” doados pelos consumidores sem fotovoltaicas para os com fotovoltaicas. Quem não conhece o setor imagina que a instalação foi subsidiada com descontos em impostos de importação, mas nenhuma vantagem desse tipo foi concedida.

Todo o argumento da agência está concentrado num pequeno pedaço da rede, a distribuição. A regra vigente é que os custos de distribuição são cobrados proporcionalmente ao consumo, ou seja, paga mais quem consome mais. Evidentemente, as residências com telhados fotovoltaicos, reduzem seu consumo, pois parte da energia está sendo gerada internamente. Para o sistema, tudo funciona como se o consumidor economizasse energia durante o dia desligando seus eletrodomésticos. Reparem que, se a tese da agência for vitoriosa, podemos chegar ao absurdo de cobrar mais de quem consome menos!

A agência tem uma visão parcial do problema. Vejam os aspectos não considerados:

- Em sistema de suprimento de energia que monitora reservatórios e compensa variações de estoque com energia térmica, reduções de consumo podem resultar em contenção de custos para todos, pois, afinal, bandeiras tarifárias acionadas chegam a sobretaxar em até 20% o kWh consumido. O consumidor solar alivia o sistema e, mesmo assim, paga bandeiras como todo mundo. Nenhuma palavra sobre isso.
- Devido ao aumento no uso de ar condicionado, o horário no qual o consumo atinge seu máximo está ocorrendo às 15 h ao invés das 19 h de

10 anos atrás. Portanto, a geração solar alivia o carregamento da rede de distribuição justamente na hora do “pico”. Nada sobre isso.

- Nem todos os telhados solares geram “saldos” de energia que, segundo uma equivocada regra, poderiam ser consumidos em até 5 anos. Portanto, a maioria dos consumidores de energia solar residencial apenas reduzem seu consumo. A Aneel trata todos como se fossem “exportadores” de energia “malvados” que não querem pagar pelo uso da rede de distribuição. Grande equívoco.
- Esses “saldos” não são armazenados na rede de distribuição, como parece ser o argumento da agência. No sistema brasileiro, quem pode fazer o papel de “bateria” são os reservatórios, vantagem que poucos países dispõem. Evidentemente essa energia armazenada não dura 5 anos, pois se evaporaria e, aí está um brutal erro.

Na realidade, a situação das distribuidoras brasileiras está complicada não pelos telhados, mas sim pelos defeitos do modelo.

1. As distribuidoras são as únicas contratantes de longo prazo. Toda a expansão da oferta está suportada pela demanda das distribuidoras. E por acaso os telhados solares são a única incerteza dessa demanda futura? Claro que não. O mercado livre de energia, esse sim, com subsídios, tornou o futuro das distribuidoras um verdadeiro suspense.
2. Esse mesmo consumidor que “se livra” da distribuidora, por peculiaridades físicas do mercado brasileiro, deixa de investir no longo prazo. Para um país que necessita 2.200 MW médios novos a cada ano, o equivalente a duas usinas de Itumbiara, simplesmente a 9ª maior usina hidrelétrica brasileira, essa é a grande incerteza dominante. Até hoje não se sabe o que fazer e as propostas só aumentam a complexidade.
3. Ao contrário do que as pessoas pensam, a “desordem” dos postes urbanos trazem perdas elétricas, elevam os custos de manutenção e também facilitam os gatos. Essas “ineficiências” e piratarias de energia são pagas pelos outros consumidores, essa sim, um subsídio oculto admitido pela Aneel.

Soluções existem, mas dada a fragmentação de responsabilidades institucionais entre os muitos órgãos do setor, (Aneel, ONS, EPE, CCEE) parece que ninguém enxerga o todo.

Nessa celeuma, há inclusive um discurso de que o Brasil é “inocente” na questão ambiental e, por isso, não deveria ser pressionado como outros países cuja base energética é fóssil. Ledo engano, pois, quando se verifica a quantidade de emissão de CO₂ por US\$ de PIB, o Brasil é simplesmente o 5º maior poluidor do planeta. Ou seja, nossa economia, até por ser frágil, emite muito mais do que

muitos países desenvolvidos por unidade de renda. Portanto, o simples desprezo dos efeitos benéficos na questão climática é, no mínimo, grotesco.

Por fim, imaginem o inverso. Uma política proativa sobre energia solar reconhecendo seus benefícios e possibilitando que a classe baixa brasileira possa pagar sua conta de luz sem “pirataria”. Infelizmente, ainda é um sonho de uma noite quente de verão.

Roberto Pereira D’Araujo é diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Illumina)

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/11/2019

Seção: Especial

Autor: Leslie Hook — Financial Times, de Baoding (China)

Título: China tira prioridade de energia renovável

A poluída cidade chinesa de Baoding é conhecida por duas coisas: hambúrgueres de carne de burro e painéis solares. Um centro industrial logo ao sul de Pequim - a 45 minutos de distância num trem de alta velocidade - a zona de alta tecnologia da cidade se intitula Vale da Energia, porque é a sede de muitos fabricantes de painéis solares.

Mas, para Vincent Yu, vice-gerente geral da Yingli Solar, uma das primeiras empresas de energia renovável a se instalar na cidade, os negócios têm sido difíceis ultimamente. “Nos últimos dois anos houve muita pressão. Os subsídios para projetos de energia solar caíram”, diz Yu. Ele avalia que as novas instalações solares na China - que chegaram a 53 gigawatts (GW) em 2017, quando a demanda atingiu o pico - serão cerca de 40% menores este ano.

As fotografias em seu escritório mostram a Yingli em seus dias de glória, uma década atrás. As vendas aumentavam, e a empresa gastou milhões com o patrocínio das Copas do Mundo de Futebol de 2010 e 2014. A Yingli foi a maior fabricante de painéis solares do mundo em 2012 e 2013, com exportações para todas as regiões do planeta e celebrada na China como uma gigante nacional. Seu imenso parque industrial em Baoding ainda é uma alusão a esse status, com um espaçoso museu dedicado à história da empresa como pioneira no uso de energia solar.

Hoje a Yingli está insolvente. Ela não faz pagamentos relativos a suas dívidas desde 2016 e em 2018, foi excluída da Bolsa de Valores de Nova York porque sua capitalização de mercado tinha caído abaixo do limite mínimo de US\$ 50 milhões. A Yingli ainda produz painéis solares, mas suas fábricas operam com prejuízo, e o ativo mais valioso que lhe resta é o terreno em que elas estão.

Alguns se perguntam como é que a Yingli ainda está operando. Analistas acreditam que as conexões políticas de seu fundador podem ter ajudado a manter os credores à distância.

A empresa é a vítima mais proeminente de uma mudança na política que se faz sentir em todo o setor de energia renovável em um país que já foi celebrado como o grande defensor mundial da energia limpa. O investimento chinês em energia limpa está despencando - passou de US\$ 76 bilhões, no primeiro semestre de 2017, para US\$ 29 bilhões no primeiro semestre deste ano.

Para a conferência da ONU sobre mudança climática (CoP-25), reunião anual que começará na próxima segunda-feira em Madri, na Espanha, isso é alarmante.

A preocupação com o impacto da mudança climática nunca foi tão grande. Mas a diferença entre o que os países deveriam fazer e o que estão de fato fazendo - emitindo níveis crescentes de dióxido de carbono - também é grande. Com a saída dos EUA do Acordo do Clima de Paris, a atenção está cada vez mais voltada para a China.

O país é o mais “verde” do mundo, mas também é o maior poluidor. Tem mais energia eólica e solar do que qualquer outro, mas também é o país que mais constrói novas usinas a carvão no mundo. No ano passado, suas emissões atingiram um recorde e corresponderam a mais da metade do aumento mundial das emissões de dióxido de carbono relacionadas à energia, segundo a Agência Internacional de Energia (AIE). Este ano, as emissões chinesas devem crescer 3% em relação a 2018.

“Tudo está em risco para o planeta, porque a economia chinesa é muito maior do que qualquer outra”, diz Adair Turner, presidente da Comissão de Transições Energéticas. “Mesmo a Europa como um todo produz consideravelmente menos emissões do que a China.”

Ele menciona a promessa atual da China, de que suas emissões de CO2 atingirão seu ponto máximo até 2030 e diz que esse plano não é nem de longe suficientemente ambicioso. “Sejamos claros, se isso for tudo o que a China fará, então estamos no caminho do desastre climático”, diz Turner, que faz lobby para que a China adote uma meta de zerar as emissões líquidas até 2050. “Isso é verdade para todos os [países que assumiram compromissos sob o Acordo de Paris]... Todo mundo sempre soube que serão necessários avanços muito significativos para chegarmos ao menos perto da meta de 2º C.”

O Acordo de Paris, do qual a China é signatária, se compromete a limitar o aumento do aquecimento global a menos de 2º C. Mas essa meta parece cada

vez mais fora de alcance. O mundo está no rumo de um aquecimento de 3º C até o fim deste século, se as tendências atuais se mantiverem. Isso significa que o nível do mar pode subir até 1 metro, o que poria em risco mais de 600 milhões de pessoas que vivem em áreas baixas e costeiras, segundo recente relatório do Painel Intergovernamental das ONU sobre Mudança Climática.

O pacto climático está sob ataque de muitos lados, e os EUA estão saindo dele totalmente por ordem do presidente Donald Trump. A fragmentação do multilateralismo enfraqueceu ainda mais o acordo climático, que carece de qualquer mecanismo de execução. A China - cuja atenção está desviada para a desaceleração da economia, a guerra comercial com os EUA e os protestos em Hong Kong - não é a única razão pela qual o planeta está no rumo de mudanças climáticas devastadoras, mas está perto do topo da lista.

“O ímpeto geral sobre as questões climáticas e ambientais vem diminuindo [na China]”, avalia Li Shuo, consultor sênior de política global do Greenpeace. A mudança climática se tornou uma prioridade menor para Pequim. “Há menos espaço para a agenda verde.”

A China é o país mais “verde” do mundo, mas também é o maior poluidor, o que mais constrói usinas de carvão

O investimento da China em energia renovável caiu 39% no primeiro semestre deste ano, em comparação com o mesmo período de 2018, segundo dados da Bloomberg New Energy Finance. Pequim tirou subsídios para projetos de painéis solares no meio do ano passado e está reduzindo os recursos destinados à energia eólica, causando uma mudança abrupta.

“Esta é provavelmente uma fase ruim”, diz Li Junfeng, importante autoridade de energia renovável e chefe do Centro Nacional de Pesquisa Estratégica sobre Mudanças Climáticas, que faz parte do Ministério de Planejamento do governo. “A nova política ainda não está em vigor, e a política antiga [de subsídios] foi interrompida.”

Cinco anos atrás, quando o país crescia de forma robusta, Pequim via políticas ambientais mais fortes como o cerne de sua transformação econômica, com o abandono do modelo baseado na indústria pesada, de alto consumo energético. Hoje, com o crescimento da economia no ritmo mais lento desde os anos 90, isso mudou.

“A maior prioridade política na China é tentar estabilizar a economia”, diz Kevin Tu, economista de energia que já comandou o escritório da China na AIE. “Qualquer outra coisa, incluindo a proteção ambiental, especialmente as mudanças climáticas, terá de ceder espaço a essas prioridades políticas.”

No papel, as metas climáticas da China não mudaram: Pequim prometeu que suas emissões de dióxido de carbono atingirão o limite máximo até 2030 e estabeleceu que até essa data passará a extrair 20% de sua energia primária de fontes não fósseis. Contudo, essa promessa permitiria à China continuar a aumentar suas emissões ao longo da próxima década, com implicações devastadoras para o planeta. Seus investimentos na Iniciativa do Cinturão e da Rota, na qual os bancos estatais destinaram mais de US\$ 30 bilhões para a construção de usinas a carvão em outros países, também contribuem para as emissões globais.

A participação da China no Acordo de Paris em 2015 foi anunciada por ativistas como uma grande vitória. Convencer Pequim a estabelecer metas climáticas era uma das principais prioridades dos EUA, sob o governo de Barack Obama. Mas, embutida nas negociações, havia uma expectativa de que a China atingisse sua meta de emissões muito antes de 2030. O ano que vem será crucial, pois os países que assinaram o Acordo de Paris devem apresentar metas aprimoradas - mas os ânimos em Pequim tornam bem menos provável a definição de metas climáticas mais ambiciosas para a China.

Li diz que a deterioração das relações entre EUA e China - junto com os distúrbios em Hong Kong - ajudou a alimentar um sentimento nacionalista crescente e uma raiva contra o Ocidente.

Um dos alvos dessa ira nacionalista é Greta Thunberg, a ativista adolescente sueca, reverenciada como uma heroína do clima em algumas partes do mundo. “Muitos internautas veem [Greta] como uma representante da agenda liberal ocidental”, diz Li. “Há essa perspectiva maior de que o Ocidente está unido contra a China.”

Ao mesmo tempo, o carvão parece estar novamente em ascensão. No mês passado, o primeiro-ministro da China, Li Keqiang, identificou o carvão como uma área prioritária. A China continua a ser o maior produtor do mundo. Muitos veem isso como parte de um movimento de Pequim de priorizar a segurança energética, resultado do temor dos dirigentes chineses com a deterioração das relações com o Ocidente. “A preocupação com a segurança energética é uma bênção para o [setor de] carvão na China”, diz Tu.

As autoridades chinesas também estão focadas em manter o custo da energia baixo, para ajudar a estimular a economia. Por isso, a partir de janeiro o governo permitirá flutuações no preço da eletricidade fornecida por usinas a carvão, que é regulamentado centralmente, e a expectativa é de que o preço caia com isso.

Esses fatores agravaram os problemas do setor de energia renovável. Após beneficiá-lo com subsídios generosos por mais de uma década, Pequim cortou o subsídio a painéis solares sem aviso prévio no ano passado. Os pagamentos devidos criaram um déficit de cerca de 200 bilhões de yuans (US\$ 28 bilhões) no fundo de desenvolvimento de energia renovável, que faz a distribuição dos subsídios.

Frank Haugwitz, fundador da Assessoria Ásia Europa para Energia Limpa (Solar) em Hong Kong, diz que os subsídios contribuíram para um surto de produtos baseados em energia solar que superou as expectativas do governo, o que provocou o corte repentino.

Agora as cartas estão marcadas a favor do carvão. As novas políticas para energia renovável estão focadas na paridade da rede - só desenvolver projetos de energia eólica e solar que possam competir com o preço do carvão. E essa competição pode se tornar desafiadora com a queda dos preços da energia a carvão e a entrada em funcionamento de uma série de novas usinas elétricas a carvão. O setor de energia eólica viveu uma onda de projetos neste ano, com as construtoras tentando capturar o que resta dos subsídios.

A pressão diplomática sobre a China para melhorar suas metas climáticas tem sido pública. Durante uma visita de Estado do presidente francês, Emmanuel Macron, no início deste mês, os dois lados divulgaram uma declaração conjunta em que diziam que o Acordo de Paris é “irreversível” e prometiam novas metas.

Autoridades chinesas, como Li Junfeng, criticam essa pressão, já que a China provavelmente vai superar as atuais metas climáticas, ainda que não adote novos objetivos oficialmente. “Agora que os EUA se retiraram do Acordo de Paris, toda a resposta mundial à mudança climática está mudando”, diz. “Nós temos que ser realistas... Não adianta nos apressarmos.”

Ele também ressalta que a China alcançou, e superou em muito, a maioria de suas metas climáticas anteriores. O compromisso de reduzir a intensidade de carbono - a quantidade de carbono produzida por unidade do Produto Interno Bruto (PIB) - entre 40% e 50% até 2020, em comparação com os níveis de 2005, foi alcançada três anos antes. O país também superou suas metas de instalações de painéis solares, embora esse crescimento descontrolado tenha levado ao déficit nos subsídios.

Por muitos anos, a ação contra as mudanças climáticas era a única área em que Pequim e as capitais ocidentais costumavam concordar. Até os políticos ocidentais mais linha-dura consideravam o histórico da China com relação ao clima como um exemplo.

Mas isso pode estar mudando. “Com certeza isso vai azedar se a China não avançar rapidamente na direção certa”, diz Todd Stern, o principal negociador dos EUA para o Acordo de Paris, que acrescenta que agora simplesmente existe “menos margem de manobra” em termos de emissões globais. “Não temos condições de fazer o que precisamos fazer, a menos que a China esteja fazendo bastante.”

“Estamos meio que entrando num mundo novo agora... Não é só um senso de urgência, é a matemática. Faça as contas e você verá se estamos fazendo o suficiente”, diz Stern. “O Acordo de Paris vai subir e cair, no nível da vontade política dos países participantes. Isso sempre foi verdade”, acrescentou. “O problema é que existe uma falta de vontade política em praticamente todos os países, em comparação com o que é necessário.” **(Tradução de Lilian Carmona)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/11/2019

Seção: Especial

Autor:

Título: Gigante da energia da energia solar, Yingli está insolvente

O apoio estatal da China aos fabricantes de painéis solares levou a um excesso de capacidade e a guerras de preços ferozes que foram debilitando as empresas do setor

Entrar no parque industrial de Yingli em Baoding é como voltar no tempo. Os funcionários usam um macacão azul-marinho escuro com o sol, que é o logotipo da Yingli, em um ombro e uma bandeira chinesa no outro, o que dá ao local uma sensação comunitária. Em frente ao pátio de montagem está um grande palco decorado em homenagem ao 70º aniversário da fundação da República Popular da China, coberto de slogans como “lembre-se de sua missão” e “ajudem uns aos outros”.

Os problemas da empresa começaram há ao menos cinco anos, quando o aumento dos níveis da dívida se somaram à forte queda nos preços dos painéis solares. Sua situação financeira desesperadora ficou evidente em maio de 2016, quando a Yingli não conseguiu fazer o pagamento de um empréstimo de US\$ 270 milhões. Desde então, as discussões com os credores, dos quais o maior é o Banco de Desenvolvimento da China, não conseguiram chegar a um acordo. Os acionistas temem o pior: as ações da Yingli nas “pink sheets” (folhas rosas, em inglês) - o mercado de balcão para empresas não listadas em uma grande bolsa

de valores - estão sendo negociadas a apenas 15 centavos de dólar por ação. O corte nos subsídios do governo para projetos de energia solar apenas agravou as dificuldades.

Miao Liansheng, o fundador que iniciou sua carreira no exército antes de se tornar um empreendedor, já foi classificado entre os indivíduos mais ricos da China. Miao mora nas instalações da Yingli, e os funcionários dizem que ele ainda faz aparições diárias para conversar com os trabalhadores.

Mas a empresa, que já teve cerca de 20 mil funcionários, tem hoje pouco mais de 6 mil, segundo o vice-gerente geral, Vincent Yu. Muitas das linhas de produção da fábrica estão silenciosas. Não é óbvio se algumas estão paradas para manutenção ou se estão ociosas. Este ano, segundo Yu, a fábrica produzirá painéis solares com capacidade de 2,5 GW a 3,5 GW, equivalendo a cerca de 3% da demanda global.

Por uma década atrás, o apoio estatal da China aos fabricantes de painéis solares levou a um excesso de capacidade e a guerras de preços ferozes. Isso derrubou o preço dos painéis solares - para benefício do resto do mundo - mas significou margens extremamente apertadas, ou negativas, para os fabricantes chineses.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Rhodia planeja ser primeira cliente livre de gás natural em SP

Pioneira no desenvolvimento da rota alcoolquímica no Brasil, a Rhodia trabalha para se tornar a primeira consumidora industrial livre de gás natural do Estado de São Paulo. O plano da empresa, que faz parte do grupo belga Solvay, deve ser entregue nos próximos dias ao governo federal e poderá ser implementado já no primeiro semestre de 2020, com redução esperada de 40% no custo do gás, consumido como matéria-prima e como energia.

“Queremos antecipar as medidas que permitirão a queda do preço do gás [no país]”, conta a presidente do grupo Solvay na América Latina, Daniela Manique. O **Valor** apurou que a proposta da empresa, que ainda depende da adesão do governo e da Petrobras, é “muito bem vista” pelos grandes consumidores de energia no país, uma vez que acelera o programa federal “Novo Mercado de Gás”, lançado em julho.

Sem entrar em detalhes sobre os potenciais fornecedores do insumo, a executiva afirmou que a Rhodia já recebeu propostas para suprimento a preços competitivos, mas o acesso ainda depende de infraestrutura, hoje concentrada nas mãos da Petrobras. E, embora a estatal tenha firmado um Termo de Compromisso de Cessação (TCC) com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que, na prática, possibilita a abertura do mercado de gás no país, o prazo acertado, dezembro de 2021, ainda está distante.

O plano que está sendo costurado pela Rhodia equacionaria essa questão, uma vez que daria à empresa acesso à capacidade ociosa na malha de transporte de gás e nas unidades de liquefação e regaseificação. Hoje, o gás natural liquefeito (GNL) é negociado a preços competitivos no mercado internacional e a ociosidade nos terminais de regaseificação da Petrobras chega a 40%. “Num primeiro momento, não há necessidade de investimento. É acesso à infraestrutura da Petrobras que está ociosa”, diz a presidente regional da Solvay.

Segundo Daniela, que participou do encontro de representantes da indústria química com o ministro da Economia, Paulo Guedes, na semana passada, há conversas “embrionárias” com a Petrobras sobre o plano. Os debates também já envolveram a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Artesp) e a Comgás, distribuidora de gás natural que atende a empresa.

Atualmente, a maior parte do gás consumido pela Rhodia em Paulínia (SP), o maior complexo industrial da Solvay na América do Sul, vem da Bolívia por meio do Gasbol. Uma das maiores consumidoras de gás do país, a Rhodia conta com produção eficiente e seria capaz de competir em condições de igualdade com seus pares internacionais, ou superá-los, se o custo do gás no mercado brasileiro fosse equacionado, conta a executiva. “O grande gap em relação aos competidores mundiais está aí [no preço do gás]”, afirma.

Maior consumidor de gás entre os segmentos industriais no Brasil e o único que o utiliza como matéria-prima, o setor químico acredita que o programa Novo Mercado de Gás é peça fundamental para atrair novos investimentos e manutenção das operações locais caso a proposta de abertura comercial avance.

Uma das principais fornecedoras de especialidades químicas do mundo, a Solvay prevê encerrar 2019 com receita de € 1,1 bilhão na América do Sul, equivalente a crescimento de 3%. Para 2020 a expectativa é de expansão de 4% das receitas, ajudada pelo início de operação da nova linha de produção do solvente Augeo, obtido a partir da glicerina residual do processo de produção de biodiesel. O grupo concentrou no Brasil a produção dos solventes renováveis.

A Rhodia, que completa 100 anos de história no Brasil em 19 de dezembro, está investindo R\$ 20 milhões para se tornar empresa carbono zero em 2025 - o índice de neutralização das emissões de carbono em Paulínia já chegou a 96%, sobretudo por causa da unidade de queima de gás carbônico que elimina anualmente a mesma quantidade de gás emitido por uma frota de 1,2 milhão de veículos (5 milhões de toneladas).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: Produção de aço cai 2,8% em outubro

No acumulado do ano, no entanto, foram fabricadas 1,54 bilhão de tonelada, o que representou uma alta de 3,2%

A produção mundial de aço em outubro apresentou uma queda de 2,8% em relação ao mesmo período do ano passado, chegando a 151,5 milhões de toneladas. Os dados foram divulgados ontem pela Worldsteel, entidade que representa as siderúrgicas mundiais.

No acumulado do ano até outubro, no entanto, a produção de aço bruto somou 1,54 bilhão de tonelada, o que representou uma alta de 3,2% no comparativo com o mesmo período de 2018.

A China também apresentou recuo em sua produção de aço. No mês passado, foram fabricadas 81,5 milhões de toneladas, queda de 0,6% em relação a outubro de 2018. Em 10 meses, a produção chinesa chegou a 829,21 milhões, alta de 7,1%.

No Brasil, a produção de aço bruto chegou a 2,6 milhões de toneladas, declínio de 19,4% no comparativo com outubro de 2018. No acumulado, foram produzidas 27, 21 milhões de toneladas, queda de 8,6%.

Já os Estados Unidos produziram 7,4 milhões de toneladas no período, uma queda de 2% em relação a outubro de 2018. No acumulado, a alta foi de 2,5%, para 73,53 milhões de toneladas.

Já a Índia produziu 9,1 milhões de toneladas de aço bruto em outubro de 2019, queda de 3,4%. O Japão outras 8,2 milhões de toneladas de aço bruto, recuo 4,9%.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 27/11/2019****Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo****Título: Produção de etanol está a um passo de bater novo recorde**

As usinas do Centro-Sul privilegiaram a produção de etanol na primeira quinzena de novembro da safra atual (2019/20), o que resultou em crescimento de 19% no volume fabricado em relação ao mesmo período da temporada passada, apesar da menor moagem de cana.

De acordo com dados da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), foram produzidos 1,3 bilhão de litros de etanol na metade deste mês, dos quais 873 milhões de litros foram de hidratado e 427 milhões de litros de anidro - crescimento de 18,9% e 19,2%, respectivamente.

No acumulado da safra, a produção de etanol hidratado totalizou 21,5 bilhões de litros, 9% a mais que no mesmo período da temporada passada, enquanto a de anidro somou 9,4 bilhões de litros 7,1% de aumento. O recorde de 2018/19 foi de 31 bilhões de litros.

“Mantido o comportamento observado até o momento, vamos registrar safra com produção recorde de etanol. Até agora observamos um incremento de 2,39 bilhões de litros na produção, que já permitiu uma ampliação de 2,29 bilhões de litros nas vendas do biocombustível pelas unidades do Centro-Sul”, disse Antonio de Padua Rodrigues, diretor técnico da Unica, em nota.

A forte produção de etanol na quinzena foi resultado de um mix alcooleiro de mais de 70%. No intervalo, 71,73% do caldo da cana processada foi direcionada ao biocombustível, ante 65,92% no mesmo período da safra passada.

Para Padua, o mix de produção mais alcooleiro observado na primeira metade de novembro foi “surpreendente” se considerado que nas últimas quinzenas houve uma maior demanda por açúcar, “tanto no mercado interno quanto em relação às saídas para exportação”.

A aposta alcooleira garantiu o aumento da produção mesmo com a queda de 7,6% na moagem de cana no período, para 19,8 milhões de toneladas. O menor volume está relacionado ao encerramento da moagem por mais usinas nesta

época do ano. Até o dia 16, 120 usinas já haviam terminado a safra, em comparação a 86 um ano antes.

A moagem de cana do acumulado da safra já chegou a 562,7 milhões de toneladas, alta de 5,7% enquanto a produção de açúcar está 2,8% maior, somando 26 milhões de toneladas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/11/2019

Seção: Suplementos

Autor: Andrea Vialli — Para o Valor, de São Paulo

Título: Placas solares cortam os custos com energia em outlets do Sul

A necessidade de redução dos custos com energia elétrica e a busca por padrões de sustentabilidade têm levado diversos empreendimentos a procurar alternativas de fornecimento e tecnologias de eficiência energética. As soluções vão de iluminação em LED, automação, modernização de sistemas de ar-condicionado até a compra de energia no mercado livre, cogeração própria e instalação de painéis fotovoltaicos.

O Porto Belo Outlet Premium, empreendimento do grupo Tacla inaugurado em 2017, é um exemplo. O centro de compras, localizado às margens da rodovia BR-101, entre Florianópolis e Balneário Camboriú, em Santa Catarina, gera 100% da energia consumida pelas áreas comuns com placas solares. Foram instalados 1995 módulos fotovoltaicos com potência total de 658 kWp, suficiente para suprir o consumo mensal médio de 406 residências.

As placas solares foram instaladas oito meses após a inauguração do outlet e trouxeram uma redução de nada menos que 80% na conta de energia. A economia animou administradores e lojistas, que sentiram no bolso a queda das despesas. “O varejo está sufocado pelos custos operacionais como água e energia, de modo que um valor mais baixo de condomínio é um fator de atração para os lojistas”, diz Michael Domingues, superintendente do Porto Belo.

Com apenas dois anos, o empreendimento tem 98% de ocupação e já fez uma expansão com 23 novas lojas.

O investimento nos painéis fotovoltaicos foi de R\$ 2,7 milhões e deve se pagar dentro de cinco anos, de acordo com Domingues. Além da energia solar, o empreendimento buscou agregar tecnologias sustentáveis, como lâmpadas LED em todo o espaço e um projeto arquitetônico que permite iluminação natural e circulação da brisa do mar, sem a necessidade de usar ar-condicionado nas

áreas comuns - já que o centro de compras fica a 600 metros da praia e tem 412 árvores nativas que ajudam a refrescar o local.

Responsável por dez centros de compras, o grupo Tacla deve lançar, em abril de 2021, um segundo outlet em Campo Largo (PR) que também será suprido por energia solar. “Já vimos que esse é um diferencial que traz custos menores para os lojistas. O consumidor também enxerga como um valor”, diz o superintendente.

Desde fevereiro, a geração solar fotovoltaica também é aposta da Lojas Renner para suprir a energia em quatro lojas da rede no Rio de Janeiro - uma delas fica no Shopping Madureira e as outras três são lojas de rua. A energia é gerada por uma usina solar localizada em Vassouras, a 120 km da capital, que tem 4.000 painéis solares que produzem 1.800 MWh/ano, em sistema de geração distribuída.

O projeto gerou uma economia de 13% nas contas de energia das quatro lojas, o que levou a varejista a expandir a iniciativa nos próximos meses para mais quatro lojas - uma em Porto Alegre e outras três em Brasília, todas em shopping centers. “Com a incorporação das outras duas praças, a economia média será de 20%”, afirma Fabiana Taccola, diretora de operações da Lojas Renner. Ela também destaca os benefícios ambientais.

As metas de sustentabilidade da empresa incluem ter, até 2021, 75% do consumo proveniente de fontes renováveis e reduzir em 20% as emissões de carbono em comparação a 2017. “Os maiores benefícios da energia solar são a contribuição para a redução dos gases de efeito estufa, além do impacto positivo à cadeia produtiva, disseminando boas práticas em geração de energia”, diz a diretora.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro — De São Paulo

Título: Itaoca e Peterson firmam parceria para terminal

Itaoca Offshore é projeto de um terminal privado em Itapemirim (ES) para fornecer serviços logísticos e apoio na exploração e produção de óleo e gás offshore

Dando sequência a um memorando de entendimento assinado em setembro do ano passado, a empresa brasileira Itaoca Terminal Marítimo S.A. (Itaoca

Offshore), que tem um projeto no litoral sul do Espírito Santo, acaba de assinar com o grupo holandês Peterson Offshore uma parceria e consultoria envolvendo a construção do empreendimento, que na primeira fase terá investimento orçado em R\$ 700 milhões.

O Itaoca Offshore é um terminal privado (TUP), localizado em Itapemirim, projetado para fornecer serviços logísticos e apoio à cadeia de suprimentos para exploração e produção de petróleo e gás offshore. O empreendimento compreende 10 berços de atracação, m píer de serviço de 300 metros de comprimento, área de armazenamento continental com mais de 600 mil metros quadrados e acesso rodoviário à BR 101, distante 23 km.

“A localização é estratégica para operadores que adquiriram ou expandiram seus ativos nas bacias de petróleo e gás capixaba e também na porção norte da bacia de Campos (RJ)”, disse ao **Valor** o diretor operacional da Itaoca Offshore, Álvaro de Oliveira Jr.

Segundo o executivo, a Peterson é um operador portuário internacional de renome, com mais de 100 anos de experiência, sendo cerca de 50 deles dedicados à área de óleo e gás. “É o parceiro ideal para a pré-construção e fase de construção do terminal da Itaoca Offshore”, afirmou.

O papel da Peterson será o de apoio no planejamento, lay-out, comercialização e desenvolvimento inicial do Itaoca. Como co-gerente do porto e da logística, vai fornecer suporte operacional para o planejamento estratégico, instalações e gestão do terminal.

Em nota, Erwin Kooij, CEO do Peterson Offshore Group, afirmou que a foi identificada uma oportunidade de maior eficiência para transporte de equipamentos e bens consumíveis para plataformas offshore no Brasil. “vamos replicar o modelo que desenvolvemos com grande sucesso no Mar do Norte e internacionalmente”.

A construção do terminal está prevista para começar no primeiro trimestre de 2020, disse o diretor. Na fase II da obra, devem ser aportados um pouco mais de R\$ 100 milhões - em equipamentos e ampliação da área de armazenagem. Os sócios da Itaoca estão na fase de negociações com investidores financeiros e estratégicos para o empreendimento. O executivo evitou dar mais informações.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 27/11/2019****Seção: Finanças****Autor:****Título: Energia**

Agenda

A FGV organiza o seminário “Energia em Transição - Infraestrutura e Distribuição de Combustíveis Marítimos no Brasil em Conformidade com a IMO 2020”. Participarão do evento o diretor-geral da ANP, Décio Oddone; o secretário nacional de Portos, Diogo Piloni; o diretor de transporte marítimo da Transpetro, Rogério Fernandes Figueiró; e o gerente-executivo de comercialização interna da Petrobras, Claudio Mastella, entre outros. O seminário debaterá os impactos estruturais da nova regulamentação, que limitará a 0,5% o enxofre nos combustíveis.

Data: 3 de dezembro**Horário:** 8h30 às 17h30**Local:** Auditório FGV - Praia de Botafogo, 190, 12º andar - Rio de Janeiro/RJ**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Data: 27/11/2019****Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes / RIO Tânia Monteiro / BRASÍLIA****Título: Petroleiros avaliam se mantêm a paralisação**

Lideranças dos petroleiros passaram o dia de ontem, o segundo de greve, sob pressão, avaliando os prejuízos de manter a paralisação até o fim da semana. No balanço pesou, principalmente, a determinação do Tribunal Superior do Trabalho (TST) de bloquear as contas da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e dos 13 sindicatos associados, que pode acabar com o caixa e o fôlego do movimento. Os passos dos grevistas foram acompanhados de perto pelo governo, alerta a uma possível adesão dos caminhoneiros.

Os indicadores recebidos pelo Planalto foram de que o movimento dos petroleiros estava contido e limitado. Apesar de a categoria ser considerada fundamental para garantir o abastecimento do País, os dados que chegaram foram de que eles estariam “sem gás” para prorrogar a paralisação, prevista para ser encerrada na sexta-feira, e que só atinge parte dos trabalhadores. Até o fechamento desta edição, os petroleiros ainda não tinham definido se

continuariam ou não em greve. Além disso, o governo avaliou que os estoques de combustíveis estão em níveis normais, a ponto de garantir pelo menos 15 dias de abastecimento sem consequências para a população.

O fator Lula Livre, que poderia ser um ingrediente político forte para subir a temperatura do movimento e ampliar as preocupações do governo, na avaliação de interlocutores do presidente Jair Bolsonaro, não encontrou eco na sociedade. Em grupos de Whatsapp, algumas lideranças dos caminhoneiros tentaram realmente convencer os demais que o movimento dos petroleiros seria uma boa oportunidade para esquentar as intermináveis discussões sobre a tabela de fretes rodoviários. Mas sem o apoio das entidades sindicais, a proposta perdeu força ao longo do dia.

A FUP e a Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA) negaram qualquer aproximação entre as categorias para mobilização conjunta. Na greve de maio de 2018, os dois grupos até se uniram. O vínculo, no entanto, se perdeu no período eleitoral, quando passaram a ocupar posições políticas opostas – a maioria dos caminhoneiros apoiou Jair Bolsonaro, e os petroleiros, partidos de esquerda, principalmente o PT.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/11/2019

Seção: Economia

Autor: Matheus Piovesana Fernando Scheller

Título: Vale lidera investimento de empresas brasileiras no exterior em 2018

Fôlego externo. Aportes nacionais fora do País somaram US\$ 14,7 bilhões no ano passado, de acordo com estudo da Fundação Dom Cabral (FDC), uma queda de 31% em relação a 2017; principal impacto no resultado foi a incerteza relativa à eleição presidencial

O investimento de empresas brasileiras no exterior somou US\$ 14,7 bilhões no ano passado, uma queda de 31% em relação a 2017, quando os aportes de companhias nacionais tinham somado US\$ 21,3 bilhões. Segundo a Fundação Dom Cabral (FDC), que realizou o Estudo Global Latam, levantamento sobre a América Latina encomendado pelo governo da Espanha, o resultado sofreu forte impacto das eleições brasileiras em 2018, que deixaram os empresários mais cautelosos em relação a investimentos em moeda estrangeira.

Entre as empresas brasileiras, a mineradora Vale lidera os projetos internacionais. Em 2018, a companhia anunciou o relançamento de um grande projeto de mineração de níquel no Canadá, em um investimento que, sozinho, vai consumir US\$ 2 bilhões. No total, a companhia investiu US\$ 2,8 bilhões fora

do Brasil em 2018. Entre outros casos de empresas brasileiras de sucesso lá fora, o levantamento cita Petrobrás (petróleo), Iochpe-Maxion (fabricante de autopeças), Marcopolo (carrocerias de caminhões e ônibus) e Magnesita (mineradora), além das gigantes dos alimentos Minerva, BRF e Marfrig. Entre os nomes emergentes na atuação internacional, o estudo enumera a Natura (cosméticos), a Embraer (fabricante de aeronaves) e a Stefanini (tecnologia). Entre 2003 e 2019, o país com o maior número de projetos de empresas brasileiras foram os Estados Unidos, com um total de 207. Entre os principais destinos de investimentos brasileiros destacam-se também Argentina (2.^a posição, com 108 projetos de investimento) e Colômbia (3.^a lugar, com 59 investimentos diretos).

De forma geral, aponta a Fundação Dom Cabral, o investimento estrangeiro das empresas nacionais parece sentir claro impacto das turbulências internas da economia e da política. O levantamento mostra essa flutuação em vários anos das últimas duas décadas, sendo o caso mais evidente o de 2015, quando o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro teve uma retração de 3,6%. Naquele ano, a queda em relação a 2014 foi de quase 85% (veja quadro ao lado).

Financiamento. O estudo também mostra que o papel do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem sido mais discreto no que se refere ao financiamento da internacionalização das empresas brasileiras desde a eclosão da crise econômica. “As empresas que conseguiram se reestruturar durante a crise têm capacidade de investir com meios próprios em fusões e aquisições”, avalia Paul Ferreira, professor da FDC. Hoje, as companhias buscam financiamento próprio para suas ambições fora do País, como é o caso da Natura, que desde 2013 fez três grandes aquisições globais: a australiana Aesop, a britânica The Body Shop e a americana Avon. Esta última aquisição – a maior de todas, que formará um grupo de US\$ 10 bilhões – ainda está em fase de aprovação por órgãos reguladores, devendo ser concluída em 2020.

Além da Natura, o estudo lembra casos como o da Embraer, que buscou parcerias no exterior. No ano passado, a empresa brasileira vendeu 80% de seu negócio de jatos comerciais à americana Boeing, além de realizar uma parceria com a multinacional para a comercialização de cargueiros militares no mercado internacional. Já a Stefanini, que fornece serviços de tecnologia da informação, utilizou as operações internacionais para expandir seus negócios. O setor de TI se destaca no ranking de aquisições de empresas de outros países, com cinco negócios fechados apenas em 2018. Em primeiro lugar estão as companhias de internet, com 13 transações. Na avaliação de Ferreira, o resultado mostra a valorização do setor de tecnologia, embora ele ressalve que o movimento pode ser apenas conjuntural. “O que é certo é que, neste momento, essas empresas estão tendo mais protagonismo, mas não podemos dizer que é uma tendência”, afirma.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 27/11/2019****Seção: Colunas****Autor: Sonia Racy****Título: Sinal fechado****Direto da Fonte**

Integrantes do Sindicato dos Petroleiros tornaram impraticável, ontem, a vida dos empregados da Petrobrás em Salvador. Com a cidade sob um dilúvio desde cedo, eles levavam duas horas para fazer um trajeto que demora muito menos, procurando acessos livres dos bloqueios montados pelos sindicalistas. A polícia baiana, ao que se apurou, preferiu omitir-se de tentar desfazer a confusão montada.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 27/11/2019****Seção: Mercado****Autor: Ivan Martínez-Vargas e Nicola Pamplona MILÃO E RIO DE JANEIRO****Título: Caiado defende cassar concessão de distribuidora de energia de Goiás**

Governador critica qualidade do serviço; Enel afirma não haver fundamento legal para medida

Críticas com relação à qualidade do fornecimento de energia levaram o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), a aderir a uma campanha pelo fim da concessão à italiana Enel, que assumiu a operação da empresa há dois anos. A companhia diz não haver fundamento legal para a medida.

Caiado declarou seu apoio a projeto de lei na Assembleia que prevê a encampação da concessão e afirmou que, se aprovado, o texto será sancionado em evento público em frente à sede da empresa. “A questão está tomando uma proporção incontrolável”, disse ele, em entrevista à Folha.

O governo de Goiás defende que a qualidade do serviço piorou após a chegada da Enel, o que vem prejudicando não só consumidores residenciais mas também a indústria goiana. “Há empresas querendo sair de Goiás, frigoríficos que não conseguem congelar peças que vão para a Europa porque não conseguem manter a temperatura...”

Maior operadora privada de energia do mundo, a Enel assumiu a operação em 2017, depois de vencer leilão de concessão promovido pelo BNDES por R\$ 2,2

bilhões, ágio de 28% sobre o lance mínimo. A venda ocorreu na segunda tentativa, após o governo reduzir em mais de R\$ 1 bilhão o preço original.

Antes, a companhia era operada pela Eletrobras. Há tempos, a distribuidora goiana figura entre as piores companhias do setor.

Caiado diz que a impressão é que a qualidade vem piorando. “O lado mais fraco está pagando a conta, e eles acham que o governo tem que ficar calado. Não seremos governados por Roma.”

Dados da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) mostram, porém, que a frequência e a duração das interrupções vêm caindo desde que a Enel assumiu a concessão, embora se mantenham acima do limite estipulado. Por outro lado, o tempo médio em que os consumidores foram supridos com nível de tensão adequada caiu nos últimos trimestres.

“Quando essa situação [de falta de investimento] ocorre, você não consegue consertar [a rede] de uma hora para outra, é um processo que leva anos. Mas a performance [da distribuidora] hoje é muito melhor que a de antes [da privatização]”, defendeu o diretor-executivo da Enel, Francisco Starace, em entrevista nesta terça (26) em Milão.

A Enel já havia dito em nota que, quando assumiu a empresa, “herdou uma rede elétrica em situação precária, após dez anos de falta de investimentos da gestão estatal”, e que já investiu R\$ 2 bilhões na rede elétrica do estado.

“Os investimentos resultaram em uma redução da duração média das interrupções por cliente de 46% de dezembro de 2015 a setembro de 2019, enquanto o número médio de interrupções por cliente (FEC) melhorou 52%”, defende a empresa.

Starace disse não haver fundamento legal para que o governo de Goiás casse a concessão, uma vez que a regulação do setor de distribuição de energia é federal.

“As concessões são administradas no nível federal. Fizemos a aquisição e assumimos [a companhia goiana] em um estado realmente pobre. Investimos 3,5 vezes mais do que o que vinha sendo investido.”

Segundo ele, Caiado “tem feito o seu trabalho” ao pressionar a companhia italiana para melhorar o serviço. Afirmou, porém, que leva anos para compensar a falta de investimento e manutenção pela qual a companhia passava antes da privatização.

O governador questiona a avaliação de Starace. “A Constituição não me exclui do direito de discutir esse assunto, tenho o direito concorrente para poder discutir. É um assunto que interessa ao meu estado”, afirmou, dizendo que já se reuniu 14 vezes com a empresa para debater a questão.

Ele disse que o objetivo não é estatizar a companhia, mas realizar nova licitação. “O que eu quero é que outras empresas que estejam interessadas em investir em Goiás possam investir em Goiás”, afirmou.

Segundo Starace, as declarações de Caiado não afetam as decisões de investimento no país. “Entendemos que é uma questão de entender o contexto, não desistimos. Vamos continuar fazendo [aportes] em Goiás.”

A empresa opera ainda distribuidoras de energia no Rio, no Ceará e em São Paulo —em 2018, comprou 70% da Eletropaulo por R\$ 5,5 bilhões, assumindo a liderança no segmento de distribuição do país.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/11/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Crise na Bolívia faz Petrobras perder negócio com russos

Sem conseguir fechar contrato para obter gás, Acron encerra negociações para comprar fábricas de fertilizantes

Rio de Janeiro A Petrobras comunicou nesta terça (26) o encerramento de negociações para a venda de duas fábricas de fertilizantes à russa Acron. As empresas não informaram o motivo, mas a Folha apurou que a instabilidade política na Bolívia inviabilizou o negócio.

O país vizinho seria o fornecedor de gás natural da Acron. Segundo fontes, apesar de acordos prévios com o governo Evo Morales, os russos não conseguiram fechar contrato para fornecimento firme do combustível. O gás é matéria-prima para a produção de fertilizantes nitrogenados.

A Petrobras negociava com a Acron duas unidades: a Araucária Nitrogenados, já em operação no Paraná, e a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados 3, projeto em Mato Grosso do Sul criado ainda em governos petistas e com obras paralisadas desde 2015.

Em outubro, a Bolívia anunciou acordo com a Acron para a venda de 2,2 milhões de metros cúbicos de gás por dia a partir de 2021, em contrato que renderia ao

país ao menos US\$ 20 milhões mais uma participação de 12% na fábrica de Três Lagoas.

No mesmo mês, o governo Morales e a Acron anunciaram acordo para criar empresa conjunta para vender ureia —um dos fertilizantes nitrogenados— boliviana para o mercado brasileiro.

O negócio foi comemorado por Morales como “um novo passo para seguir avançando na diversificação” da indústria de gás do país.

Petrobras e Acron fecharam acordo para a transferência das fábricas em agosto. Nesta terça, em nota, a estatal informou que “foram encerradas as negociações em curso coma Acron Group, sem a efetivação do negócio”. A empresa disse, porém, que permanece interessada em sair desse segmento.

A fábrica de Três Lagoas está com as obras paralisadas desde 2015, quando a Petrobras rompeu contrato com o consórcio construtor, formado pela chinesa Sinopec e pela construtora Galvão Engenharia. A obra, orçada inicialmente em R\$ 3,2 bilhões, está com avanço de 82%.

Foi aprovada no governo Lula, em conjunto com outra unidade semelhante, em Uberaba (MG), com o objetivo de abrir mercados para a utilização do gás da Petrobras em momentos de baixa geração termelétrica. O projeto original previa início das operações em 2014.

A crise boliviana já teve impacto também nas negociações entre empresas privadas brasileiras e La Paz para importar gás natural para o Brasil. A expectativa do setor é que as conversas só sejam retomadas após aposse de novo governo.

A Acron não havia se pronunciado até a conclusão deste texto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/11/2019

Seção: Folha Corrida

Autor: Rubens Valente

Título: Ianomâmis rechaçam proposta que prevê garimpo em terra indígena

Brasília- Reunidos na Terra Indígena Ianomâmi, em Roraima, no último fim de semana, dezenas de lideranças ianomâmis e iecuanas rechaçaram a proposta em estudo no governo de Jair Bolsonaro que prevê permitir a mineração em terras indígenas. O projeto deverá ser encaminhado em breve ao Congresso Nacional.

Cerca de 120 indígenas formaram com seus corpos a expressão “Fora Garimpo” no sábado (23). Em carta aberta lida ontem no Congresso Nacional por iniciativa da coordenadora da frente parlamentar indígena, a deputada Joênia Wapichana (Rede-RR), os indígenas afirmaram: “Nós não queremos garimpo em nossa terra. Nós queremos que o governo cumpra seu dever de proteger a nossa terra. Queremos que o governo tire os garimpeiros que estão na nossa terra e impeça a entrada de mais garimpeiros. Nós conhecemos nossos direitos e sabemos que o garimpo na Terra Indígena Yanomami é ilegal”.

Bolsonaro disse várias vezes que pretende abrir mineração em terras indígenas e chegou a levar um ianomâmi ao Palácio do Planalto para dizer que tinha aval dos indígenas.

Na carta, as lideranças negam a representatividade desse indígena. “A gente decide de forma coletiva, escutando vários pensamentos de homens, mulheres, xamãs, jovens, lideranças tradicionais, todos reunidos. Isso é decidir em nome do povo e não de maneira autoritária. E isso deve ser respeitado pelo governo brasileiro. O governo não decide por nós. Somos guerreiros Yanomami e Ye'kwana e dizemos todos juntos: Fora Garimpo!”

No comunicado, assinado por sete associações, os indígenas também denunciam as consequências do garimpo.

“Os garimpeiros estão envenenando as pessoas e contaminando nossos rios, nossos peixes, nossos alimentos e espantando nossa caça. Sabemos que o mercúrio usado no garimpo está contaminando nosso povo. No rio Uraricoera, mais de 90% das pessoas que foram analisadas apresentaram alto índice de contaminação. Recentemente soubemos que mais da metade dos Yanomami de Maturacá também estão contaminados. O governo tem o dever de acabar com isso e trabalhar para cuidar da saúde dos povos Yanomami e Ye'kwana e proteger a terra-floresta.”

As lideranças ianomâmis disseram que os garimpeiros “trazem todo tipo de bebidas, drogas e doenças”, que têm “muitas armas” e são “violentos também entre eles”.

“Eles matam uns aos outros e enterram os corpos na beira dos rios ou jogam nos rios. Quando os garimpeiros mexem na terra e destroem a natureza, eles estão ofendendo os seres que vivem na floresta. Esses lugares foram destruídos e ninguém mais pode usar lá. A natureza está se zangando, e todos nós vamos sofrer, indígenas e não indígenas. Os garimpeiros são invasores que roubam o ouro, que tem que ficar embaixo da terra.”

Os indígenas escreveram que as suas verdadeiras riquezas “são os conhecimentos tradicionais, a nossa saúde, nossos rios limpos e nossas crianças crescendo felizes. Os garimpeiros estão destruindo a nossa riqueza. O nosso trabalho não é o garimpo, o nosso trabalho é a roça, é o artesanato, temos nossas formas próprias de gerar renda a partir de nossos conhecimentos sobre a floresta. Nossos conhecimentos têm mais valor que o ouro”.

O texto final do projeto de lei sobre o assunto ainda não é conhecido e está sendo elaborado pelo **Ministério de Minas e Energia**. À Folha, o ministério disse que a proposta é ouvir os índios sobre projetos de mineração em suas terras, mas eles não terão o poder de vetar o empreendimento.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/11/2019

Seção: Economia

Autor: GLAUCE CAVALCANTI* E MANOEL VENTURA

Título: Goiás não pode estatizar distribuidora, diz Enel

Presidente do grupo italiano que controla companhia de energia do estado campeã de queixas argumenta que não há base jurídica para ameaça de cassação da concessão. Governador defende ação para regularizar abastecimento

MILÃO E BRASÍLIA- Após a ameaça do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), de endossar um projeto de lei da Assembleia Legislativa do estado para rescindir o contrato de concessão da Enel Goiás (Ex-Celg-D), Francesco Starace, presidente da companhia italiana que controla a distribuidora de energia elétrica goiana desde 2017, disse que não há base jurídica para tal medida. Apesar dos muitos problemas nos serviços da concessionária, ele argumenta que a Enel vem investindo na modernização da operação, mas não é possível recuperar em pouco tempo os problemas herdados do período anterior à privatização, marcado por baixos aportes em infraestrutura. A Enel diz já ter investido cerca de R\$ 2 bilhões na distribuidora.

A queda de braço da empresa com autoridades de Goiás preocupa o governo federal, que tenta atrair investidores estrangeiros para projetos de infraestrutura, incluindo os de energia. Um leilão de geração e transmissão está marcado para dezembro. A ameaça de estatização da Enel Goiás causa apreensão no setor elétrico porque envolveria uma quebra de contrato. O setor teme aumento da insegurança jurídica, um dos principais fatores que afugentam investidores.

— Recebemos a Celg em um estado muito ruim. Desde que assumimos, investimos em média 3,5 vezes mais por ano do que era feito na gestão anterior. Estamos trabalhando para resolver os problemas do sistema, mas uma situação que resulta de anos de falta de investimento não pode ser resolvida em meses. Leva anos, infelizmente — afirmou o executivo ontem, em Milão, após apresentar o plano de investimentos do grupo italiano para o período 2020-2022.

A Enel sustenta que a crise com o governo goiano não afeta seus planos de investimentos no Brasil. O país deve receber pouco mais de R\$ 24 bilhões do grupo entre 2020 e 2022, sobretudo em aumento da capacidade de geração de energia renovável. Starace frisou ainda que está atento a oportunidades em distribuição e pode fazer novas aquisições no país, mas não deu números sobre aportes na Enel Goiás especificamente. O diretor financeiro da multinacional italiana, Alberto de Paoli, disse apenas que os investimentos em Goiás vão crescer.

CAIADO ALEGA 'CALAMIDADE'

Caiado reafirmou ontem ao GLOBO que, se um projeto de lei proposto na Assembleia para cassar a concessão da Enel Goiás for aprovado, ele o sancionará. Segundo ele, o abastecimento irregular de energia prejudica negócios e afasta investimentos do estado. A empresa já foi alvo de R\$ 75,5 milhões em multas da agência reguladora estadual. Queixas de consumidores geraram um processo de acompanhamento na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Em agosto, a distribuidora firmou acordo com a agência para aumentar em 26% a capacidade de distribuição até o fim de 2022.

Caiado defende a estatização da empresa diante do que classifica como “calamidade pública” para ser novamente vendida em pouco tempo: — Isso é um clamor de 7 milhões de goianos. Todos os níveis possíveis de um entendimento foram buscados durante dez meses, com 15 reuniões oficiais com a Enel.

Starace diz que a distribuidora está melhorando: — A performance da Enel Goiás subiu e já está dentro dos padrões pedidos pelo regulador. Estamos focados em fazer o sistema funcionar. O governador (Caiado) também está no papel dele, quer pressionar a companhia a ir mais longe.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou na segunda-feira que anular o contrato de concessão da distribuidora é juridicamente impossível. Ele disse acompanhar a situação com o governo do estado e com a Aneel, que não se manifestou.

Caiado nega que encampar a empresa seja um abuso: — O estado não é um ente fictício. A responsabilidade nossa é a de defender as pessoas que aqui habitam. Não existe nada de excesso. O estado de Goiás vai ficar aguardando o dia em que a Aneel deve provocar a encampação? Não.

GOIÁS NÃO PODE CASSAR

A Enel Goiás avalia a proposta do governo goiano como “infundada”. Para David Waltenberg, sócio especialista em energia do escritório Siqueira-Castro, a Assembleia de Goiás e Caiado não têm poder para cassar a concessão porque o serviço está no âmbito federal.

Antes de ser assumida pela Enel, a distribuidora goiana foi federalizada, ainda no governo Michel Temer. O controle foi assumido pela Eletrobras. O BNDES estruturou o modelo de desestatização com o desafio de atrair um investidor disposto a assumir uma empresa sucateada e muito endividada. O leilão, em 2016, abriu caminho para a venda de outras seis distribuidoras da Eletrobras.

— O Executivo, o Legislativo e o Judiciário estaduais não têm competência para cassar essa concessão. Quem tem é o governo federal, que pode instaurar procedimentos para apurar eventuais falhas — diz Waltenberg.

— A condução do caso pode afetar a disposição de investidores. Se houver entendimento de que cada caso é um caso, dá segurança jurídica. Mas o mercado é muito sensível, pode se preocupar com episódios dessa natureza, com efeito manada.

(*A repórter viajou a convite da Enel)

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/11/2019

Seção: Sociedade

Autor:

Título: Último grande derramamento foi em 2000, na Baía de Guanabara

O derramamento de óleo no Nordeste é cinco vezes maior do que o último grande vazamento no Brasil, registrado na Baía de Guanabara, em 18 janeiro de 2000. Na ocasião foi liberada cerca de 1,1 mil tonelada de óleo combustível na região. O desastre prejudicou manguezais e matou diversos animais. À época, a origem, um duto de óleo combustível da Petrobras ligado à Refinaria Duque de Caxias (Reduc), foi rapidamente determinada.

Para o professor Paulo Cesar Rosman, da Escola Politécnica da UFRJ, a tragédia do Nordeste é a maior do país em extensão e, possivelmente, do mundo. Embora ainda não se saiba a dimensão total da destruição no caso atual, Rosman afirma que os estragos ambientais no episódio do Rio foram mais graves: o óleo derramado de um navio tinha muito mais componentes tóxicos, cujos elementos voláteis, como o benzeno, evaporaram e se degradaram ao longo de semanas em alto-mar.

— O volume todo se concentrou no norte da Baía de Guanabara. Em termos de impacto local, é incomparavelmente mais danoso do que qualquer coisa que apareceu no Nordeste. Lá, você tem desde pequenas manchas, do tamanho de uma uva, até placas do tamanho de um tapete. Mas é um óleo extraordinariamente fragmentado e degradado. Já teria evaporado toda a parte volátil do óleo, que normalmente é amais tóxica. O que sobrou é aquela massa grossa, parecendo piche — afirma o professor.

O professor de Engenharia e Petróleo da Poli-USP Ricardo Cabral de Azevedo pondera, por outro lado, que o trabalho de contenção foi facilitado no episódio fluminense:

— Foi bem mais fácil de conter, pois se conhecia a fonte, e ele foi detectado e comunicado rapidamente. E era um óleo menos denso, que, portanto, flutuava, ficando bem visível.

Se considerado o volume derramado, há outros casos mais dramáticos do que o brasileiro, destaca o professor da USP. Na explosão da plataforma Deepwater Horizon, no Golfo do México, em 2010, por exemplo, 795 mil toneladas de petróleo foram derramadas na região. (J. E.)

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/11/2019

Seção: Sociedade

Autor: JOHANNES ELLER

Título: 4 mil toneladas

DIMENSÃO DA CRISE

Volume de óleo no Nordeste é 16 vezes maior do que vazamentos no país desde 2012

Dados da Agência Nacional do Petróleo mostram que o desastre atual é inédito

O derramamento de óleo que atingiu 11 estados no Nordeste e Sudeste desde o dia 30 de agosto é ao menos 16 vezes maior do que todos os vazamentos

registrados oficialmente no país entre janeiro de 2012 e outubro de 2019, segundo números da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

A discrepância tende a crescer, na medida em que fragmentos continuam a ser encontrados em praias ao longo da costa brasileira, enquanto a origem e o volume total dispersado no mar permanecem desconhecidos.

Ao todo, segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), 4.538 toneladas de petróleo cru foram retiradas das praias brasileiras até o último domingo. A conta inclui areia, algas, lonas, pedras e equipamentos de proteção individual (EPIs) descartados pelas autoridades estaduais.

Segundo o professor Paulo Cesar Rosman, do Departamento de Recursos Hídricos e Meio Ambiente da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o volume total de óleo cru puro retirado das praias é de aproximadamente 4 mil toneladas, descartados os outros materiais.

Se compilados os 774 vazamentos notificados nesse intervalo, 250 toneladas de óleo foram despejadas no país — seja em águas brasileiras ou em terra firme. Segundo o professor de engenharia e petróleo da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP) Ricardo Cabral de Azevedo, a principal diferença entre os incidentes dos últimos anos e o derramamento no Nordeste é a origem conhecida, o que permite uma solução rápida para a crise.

—De modo geral, eles foram detectados e solucionados na própria fonte e pela própria empresa responsável. Portanto, foram resolvidos muito mais rapidamente, evitando vazamentos maiores —explica Azevedo. — Quase todos ocorreram em plataformas de petróleo ou instalações de apoio a elas. Por serem áreas com um risco maior de vazamentos, elas já contam com uma estrutura melhor para contenção, incluindo equipes bem treinadas para isso.

Rosman também vê diferenças fundamentais entre as circunstâncias do derramamento do Nordeste:

—A maior parte dos derrames acontece nas áreas determinais de petróleo. Ele não se espalha por grandes áreas porque está contido dentro de uma área portuária, que é restrita. O impacto grande que ele causa é localizado.

O especialista crava que a tragédia do Nordeste é a maior do país em extensão e, possivelmente, do mundo.

A Polícia Federal e o Ministério Público Federal apontam o navio-tanque Bouboulina, de bandeira grega e propriedade da empresa Delta Tankers, como o principal suspeito pelo derramamento. O Laboratório de Análise e

Processamento de Imagens de Satélite (Lapis) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), por sua vez, já apontou outras embarcações que podem ser responsáveis pelo desastre, incluindo navios fantasmas —que, no geral, transportam cargas ilegais, como o petróleo venezuelano, alvo de sanções econômicas, com o transponder desligado.

SEM PRECEDENTES

Ainda segundo o professor da Poli-USP, o vazamento que atinge o Nordeste e o Sudeste é “realmente único”, uma vez que, diferentemente dos incidentes notificados à ANP, o óleo cru venezuelano é muito mais denso do que a água, o que dificulta sua contenção:

— Para os padrões brasileiros, o caso atual foi muito grave e sem precedentes em relação à área atingida.

A maior parte dos casos elencados pela ANP são referentes a fluidos menos densos, que flutuam e ficam visíveis na água, e nenhum ocorreu por meio de um navio petroleiro.

— Isso explica parcialmente por que ninguém estava preparado para lidar com isso. Dificulta até a investigação, onde pode ter havido precipitação em apontar um culpado, que se trata de uma empresa grande, com reputação na área, e que atende o exigente mercado americano —afirmou Azevedo. — Difícil acreditar que eles se arriscariam dessa forma. Por isso viajaram o tempo todo com os sinalizadores ligados, o que inclusive facilitou sua identificação próximo ao local do vazamento. Talvez por isso mesmo um navio fantasma possa ter viajado à sombra dele, confundindo ainda mais as autoridades.

Os dois professores apontam, no entanto, que os números da ANP estão potencialmente abaixo do volume real derramado no país em razão da subnotificação de vazamentos, o que indica uma deficiência na mitigação do problema.

—Diria que a soma deles é muito maior do que é notificado. São derramamentos crônicos, que acontecem todo dia aos montes nos terminais de petróleo. Normalmente acontece ao ligar o mangote (de óleo) no navio. Ao tirar, pinga. Isso acontece toda hora. Empresas sérias, quando fazem operações de navio, botam barreiras flutuantes em volta dele. Deveria ser procedimento normal. O risco da multa compensa o custo da operação correta —avalia Rosman.

CONHEÇA SEIS TEORIAS SOBRE O VAZAMENTO ATUAL

Navio Grego

É a primeira e principal linha de investigação do governo federal. No dia 1º de novembro, a Marinha e a Polícia Federal anunciaram que o navio mercante Bouboulina, de bandeira grega e propriedade da Delta Tankers, era o responsável pelo petróleo vazado. O governo brasileiro acusou a empresa de não fornecer todos os documentos necessários para as investigações; a empresa nega

Poços perfurados

A Agência Nacional do Petróleo coordena um levantamento de poços de petróleo perfurados na região onde teria ocorrido o vazamento de óleo, acionando as empresas responsáveis por essa estrutura e buscando informações sobre as características do óleo extraído. A Marinha reconhece que a possibilidade de sucesso dessa investigação é remota

Desligado no oceano

Uma imagem feita por satélite em 19 de julho mostrou uma mancha a 26 km do litoral da Paraíba. O petroleiro suspeito teria navegado entre a África do Sul e a costa norte da América do Sul em julho com o aparelhamento que indica sua localização desligado. A Marinha considerou que as feições detectadas pelo satélite não eram de uma mancha de óleo.

Ship-to-ship

Possibilidade muito aventada no início das investigações. É o derramamento do óleo cru durante tráfego marítimo ao longo da costa atingida pela tragédia. Foram investigados 30 navios de 11 bandeiras diferentes. A Marinha solicitou que as autoridades marítimas dessas nações investigassem a possibilidade de derramamento por óleo de suas embarcações

Antes do Bouboulina

A Universidade Federal de Alagoas (Ufal) encontrou uma fotografia de satélite que revela uma mancha em forma de rastro no litoral nordestino, 40 km ao norte de São Miguel do Gostoso (RN), formada antes de o Bouboulina passar. A investigação descartaria a possibilidade de que as embarcações gregas tivessem algum envolvimento com o incidente

No Sul da Bahia

A Ufal identificou, no final de outubro, um vazamento de óleo de 55 km de extensão e 6 km de largura, em formato de meia lua, a 54 km da do sul da Bahia.

A Marinha, porém, contestou o estudo. A UFRJ também afirmou ter encontrado uma mancha de óleo de 200 km² próxima ao Sul da Bahia. A Marinha disse que a substância não era óleo

MME / ASCOM .